



Política de ações afirmativas em um Curso de Especialização EaD: A experiência da Fiocruz Mato Grosso Do Sul

AFFIRMATIVE ACTION POLICY IN A DISTANCE EDUCATION SPECIALIZATION COURSE: THE EXPERIENCE OF FIOCROZ MATO GROSSO DO SUL

Daniella Frizon Petry¹, Silvia Helena Mendonça de Moraes², Débora Dupas Gonçalves do Nascimento³, Hilda da Silva Gomes⁴, Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira⁵

¹ Fiocruz Mato Grosso do Sul.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0492-7553>

Email: dfrizonpetry@gmail.com

² Fiocruz Mato Grosso do Sul.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4815-0863>

Email: silvia.moraes@fiocruz.br

³ Fiocruz Mato Grosso do Sul.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2291-2302>

Email: debora.dupas@fiocruz.br

⁴ Fiocruz/ Rio de Janeiro
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8870-6654>

Email: hilda.gomes@fiocruz.br

⁵ Fiocruz Mato Grosso do Sul.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8960-6716>

Email: sandra.leone@fiocruz.br

Como citar este artigo

Petry DF, Moraes SHM de, Nascimento DDG, Gomes HS, Oliveira SMVL de. Política De Ações Afirmativas Em Um Curso De Especialização EaD: A Experiência Da Fiocruz Mato Grosso Do Sul. Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais. [online], volume 9, n. especial VII. Editor responsável: Luiz Roberto de Oliveira. Fortaleza, set. de 2024. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/resdite/index>. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 18/02/2024

Data de aprovação do artigo: 14/06/2024

Data de publicação: 13/09/2024

Resumo

Introdução: O estudo descreveu a implementação da política de ações afirmativas em uma especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no Enfrentamento da Covid-19 e outras Doenças Virais (VigiEpidemia), destacando os indicadores de resultados. **Metodologia:** Realizado pela Fiocruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS) em 2022 e 2023, o curso atraiu 1.010 inscrições, com 15,5% em vagas destinadas as ações afirmativas. **Resultado:** Dos participantes, 52% eram do gênero feminino. A taxa de comparecimento foi de 72,5% e a taxa de confirmação, após as entrevistas de heteroidentificação racial e avaliação biopsicossocial, para as vagas de ações afirmativas foi de 68,5%. Na 1ª turma, a taxa de aprovação foi de 75%, e na 2ª turma, 69%. A implementação das ações afirmativas representa um avanço na superação das desigualdades sociais na pós-graduação. Em nossa experiência, foi necessário implementar nove etapas e consideramos exitosas para a política de ações afirmativas. **Conclusão:** A Fiocruz MS deve avançar para um acompanhamento e monitoramento de indicadores, identificando as dificuldades dos estudantes com vistas a assegurar não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência e a conclusão do curso.

Palavras-chave: Direitos humanos. Política de Ações Afirmativas. Educação a distância.

Abstract

Introduction: The study described the implementation of the affirmative action policy in a specialization program on Health Surveillance and Care to Combat Covid-19 and other Viral Diseases (VigiEpidemia) and highlighted the result indicators. **Methodology:** The course was held by Fiocruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS) in 2022-2023, attracted 1,010 enrollments, and 15.5% of the spots were allocated to affirmative actions. **Result:** The female sex represented 52% of participants and the attendance rate was 72.5%. After racial hetero-identification interviews and biopsychosocial assessment, the confirmation rate for spots of affirmative action was 68.5%. In the 1st

course, the approval rate was 75%, and in the 2nd course, 69%. The implementation of affirmative actions represents progress in overcoming social inequalities in postgraduate programs. In our experience, it was necessary to implement eight steps and we consider them successful for the affirmative action policy. **Conclusion:** Fiocruz Mato Grosso do Sul must move towards the follow-up and monitoring of indicators, identifying students' difficulties with a view to ensure not only access, but, above all, retention and completion of the course.

Keywords: Human rights. Affirmative Action Policy. Distance education.

1. Introdução

As políticas de ações afirmativas (AF) no Brasil representam um capítulo significativo na busca por equidade em uma sociedade profundamente marcada por injustiças sociais e disparidades históricas. Sua origem remonta à década de 1990, quando se intensificaram os debates sobre políticas públicas que visavam corrigir as disparidades socioeconômicas e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, na busca por equidade e inclusão social¹. A implementação de cotas raciais e sociais em universidades públicas foi uma das primeiras medidas adotadas dentro das políticas AF e foi instituída no Brasil pela Lei nº 12.711/2012. Seu principal objetivo foi promover um maior acesso às pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência ao ensino superior².

AF é qualquer programa, público ou privado, cujo propósito seja conceder recursos ou direitos a membros de um grupo social desfavorecido, visando o benefício coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais frequentemente abordadas nessas políticas¹.

A implementação mais notável dessa política ocorreu no âmbito educacional, com a adoção de cotas em universidades públicas. Inicialmente, as cotas foram direcionadas a estudantes provenientes de escolas públicas. Posteriormente, as cotas raciais foram introduzidas para enfrentar o persistente racismo estrutural, reservando vagas para estudantes negros e indígenas.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que, entre 2016 e 2018, a população negra passou a compor a maioria nas instituições públicas de

ensino superior, atingindo a marca histórica de 50,3%. Apesar do avanço, a desvantagem em relação à população branca continua evidente. Ao total, 36,1% dos jovens de 18 a 24 anos de idade, da população branca, frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior, enquanto entre os jovens da população negra, na mesma faixa etária, o percentual é de apenas 18,3%³.

Recentemente, as políticas afirmativas nos âmbitos das pós-graduações têm sido mais estudadas e defendidas. Estudos na área indicam que as iniciativas de implementação de AF nos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior públicas no Brasil começaram nos primeiros anos do século XXI⁴. Esse tema tornou-se mais acalorado na segunda década do mesmo século, especialmente após a promulgação da Lei nº 12.711/2012 já citada, que estabeleceu cotas para estudantes negros e provenientes de escolas públicas nas universidades federais, e da Lei nº 12.990/2014, que determinou a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para candidatos negros. Mais recentemente, o Ministério da Educação emitiu a Portaria nº 13/2016, exigindo que as instituições federais de ensino superior elaborassem propostas para a inclusão de estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, além de estabelecerem comissões específicas voltadas para as AF⁴.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) implementou em 2017 sua política de AF por meio da Portaria nº 1433/2017-PR/FIOCRUZ (para o *Stricto Sensu*) e Portaria 6162/2019/PR/Fiocruz (para *Lato Sensu* e Residências), destinando inicialmente 10% das vagas para as AF. A partir de reuniões realizadas em 2020/21 entre a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação/VPEIC e os Comitês Institucionais da Fiocruz: Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça (2009) e Comitê pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência (2017), foram destacadas questões a respeito das injustiças históricas que impõem opressões a grupos vistos como minoritários social e economicamente. Dessa forma, oferecer 10% das vagas a serem 'disputadas' reforçava as disparidades nas oportunidades de acesso e ocupação de espaços acadêmicos. Diante dessa compreensão, as vagas foram desagregadas e, consequentemente, ampliadas para 30% da seguinte forma: 20% para pessoas autodeclaradas negras (pretas ou pardas); 7% para pessoas com deficiência e 3% para indígenas. A nova regulamentação foi publicada na Portaria nº 491/2021¹.

A implementação dessa nova resolução foi um importante marco para o avanço das políticas de AF na Fiocruz e a experiência da Fiocruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS) será

¹ Disponível em: https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/SEI_FIOCRUZ_Portaria_presidencia_491_2021_21set21.pdf.

apresentada neste artigo que objetiva descrever o processo de implementação da política de AF na especialização Lato Sensu da Fiocruz MS, e os respectivos indicadores de resultados.

2. Métodos

Trata-se de um Relato de Experiência, que é uma modalidade de construção de conhecimento, em que é abordado a vivência acadêmica e/ou profissional. Sua característica primordial reside na descrição da intervenção realizada⁵. O trabalho não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois foram trabalhados dados secundários e anonimizados, dessa forma, os participantes não foram identificados.

O relato envolveu as atividades decorrentes da implementação das AF para o processo seletivo do Curso de Especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no Enfrentamento da Covid-19 e outras Doenças Virais –VigiEpidemia, ofertado pela Fiocruz MS em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) do Ministério da Saúde e Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). O referido curso foi ofertado na modalidade de educação a distância (EaD), em âmbito nacional, no período de 2022 a 2023. O processo seletivo ocorreu em duas edições, Turmas um e dois, com 500 vagas em cada.

Todas as fases de implementação estão descritas abaixo:

I etapa: Organização de um grupo de trabalho para a construção do edital e da seleção para as candidaturas nas AF, com ampla divulgação das etapas, publicadas no site da Fiocruz MS e informadas por e-mail;

II etapa: estruturação e validação do edital;

III etapa: constituição de uma Comissão de Heteroidentificação Racial e Avaliação Biopsicossocial. Todas as etapas das AF foram assessoradas por representação do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça e da Casa Oswaldo Cruz (COC) Fiocruz RJ, com membros de outras unidades da Fiocruz, representantes da Fiocruz MS e convidados externos, com experiência em AF. A participação dos membros foi voluntária.

IV etapa: convocação por e-mail dos candidatos às vagas de AF, com posterior publicação dos horários das entrevistas;

V etapa: realização das entrevistas no formato online, gravadas e, posteriormente, armazenadas em pastas específicas por dia de realização, pertinentes às AF. Para pessoas autodeclaradas negras (pretas ou pardas) ou indígenas, a Comissão de Heteroidentificação Racial, por meio do fenótipo de cada pessoa, deliberava sobre a confirmação (ou não) de sua autodeclaração. Para as pessoas com deficiência, eram solicitadas informações sobre as

possíveis necessidades pedagógicas para seu desenvolvimento pleno no curso. Nesta etapa houve a homologação das inscrições pela Comissão de Heteroidentificação Racial e Avaliação Biopsicossocial.

VI etapa: Divulgação do resultado sobre às vagas de AF do processo seletivo;

VII etapa: Período destinado para recursos;

VIII etapa: Monitoramento dos estudantes inscritos com AF e sem AF, com levantamento dos indicadores de resultados no processo de avaliação de AF e ao final do curso;

IX etapa: Formação docente e de pesquisadores para AF.

Os indicadores de resultados das AF foram estruturados por meio de taxas, a saber:

1. Taxa de concluintes = número total de candidatos beneficiados por AF dividido pelo número de Candidatos Admitidos por AF, multiplicados por 100;
2. Taxa de comparecimento = número de comparecimentos dividido pelo número de inscritos nas AF, multiplicados por 100;
3. Taxa de confirmados = número de pessoas que compareceram no dia da entrevista/número de candidatos inscritos nas AF, multiplicados por 100;
4. Taxa de matriculados = número de matriculados no curso e confirmados nas AF/número de candidatos inscritos nas AF, multiplicados por 100;

3. Resultados

O processo de implementação das políticas de AF para o Curso de Especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no Enfrentamento da Covid-19 e outras Doenças Virais – Vigi-Epidemia, incluiu ao total 156 pessoas inscritas (não confirmadas), o que corresponde a 52% do total de 300 vagas previstas, tendo em vista que durante a realização do processo seletivo, a Fiocruz MS ofertou 30% de vagas (150 para as AF), para cada turma de 500 matriculados.

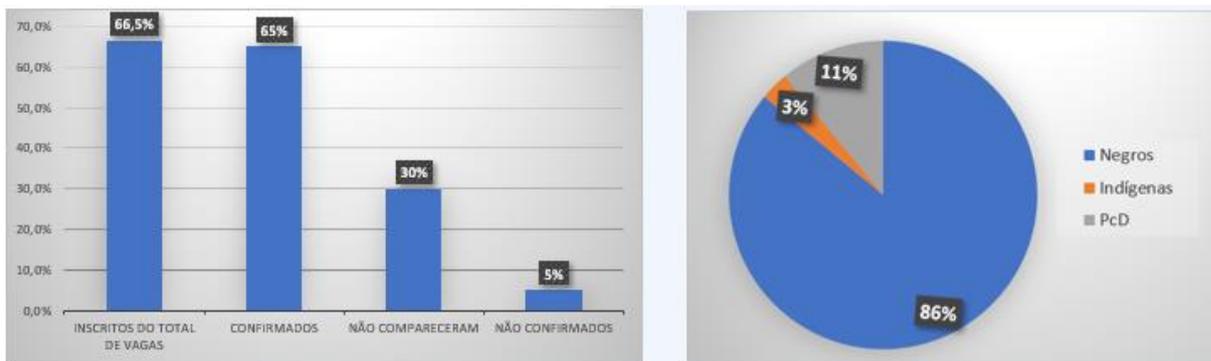
No processo seletivo da primeira turma, em fevereiro de 2022, foram preenchidas 66,5% (100/150) das vagas ofertadas para vagas de AF, dos quais 65% (65/100) foram confirmados e realizaram matrícula, 5% (5/100) não foram confirmados e 30% (30/100) não compareceram à entrevista. A heteroidentificação racial foi mais frequente em 86% (86/100) de pessoas negras (pretas e pardas), 11% (11/100) para pessoas com deficiência e 3% (3/100) para indígenas.

No processo seletivo da segunda turma, em fevereiro de 2023, o número de inscrições para as vagas de AF foi menor, com 56 pessoas inscritas, sendo 78,5% (44/56) pessoas negras, 18% (10/56) pessoas com deficiência e 3% (2/56) indígenas. Destes, apenas 1% (1/56) não foram confirmados e 23% (13/56) não compareceram.

Para as vagas totais preenchidas nas duas turmas de AF, 64% (100/156) se declararam como do gênero feminino e 36% (56/156) do gênero masculino, não foi questionado se essas pessoas se identificavam como cisgênero ou transgênero.

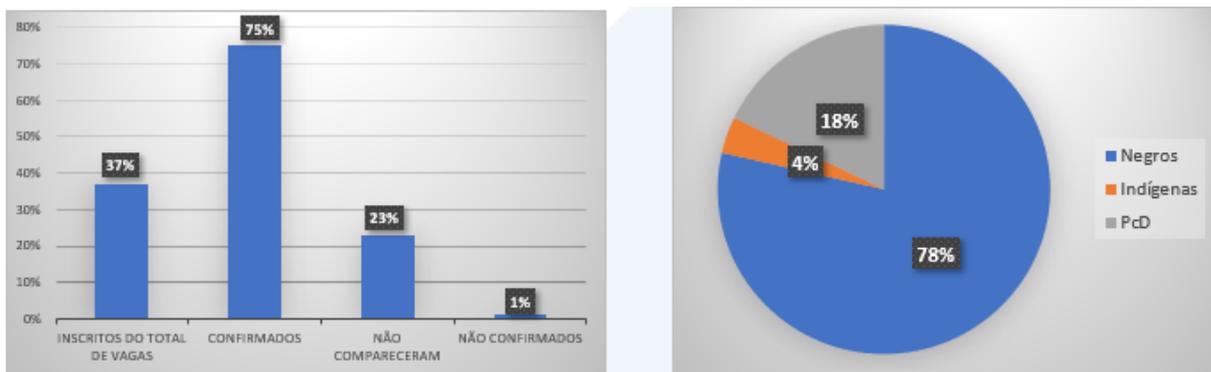
Ao final das duas turmas, a taxa de conclusão da 1ª turma foi de 75% (49/65) já a 2ª turma, a taxa de conclusão foi de 69% (29/42). Ao total, a taxa de aprovação/ conclusão foi 73% (78/107), em figuras que podem ser observadas abaixo.

Figura 1 - Status de Matrícula de vagas de Ações Afirmativas e distribuição de Heteroidentificação Racial da primeira turma, Fiocruz MS, 2023.



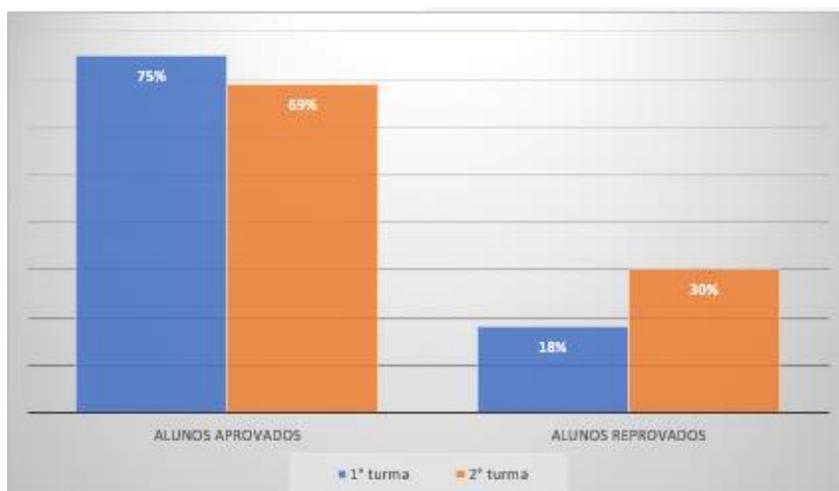
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Figura 2 - Status de Matrícula de vagas de Ações Afirmativas e distribuição de Heteroidentificação Racial da segunda turma, Fiocruz MS, 2023.



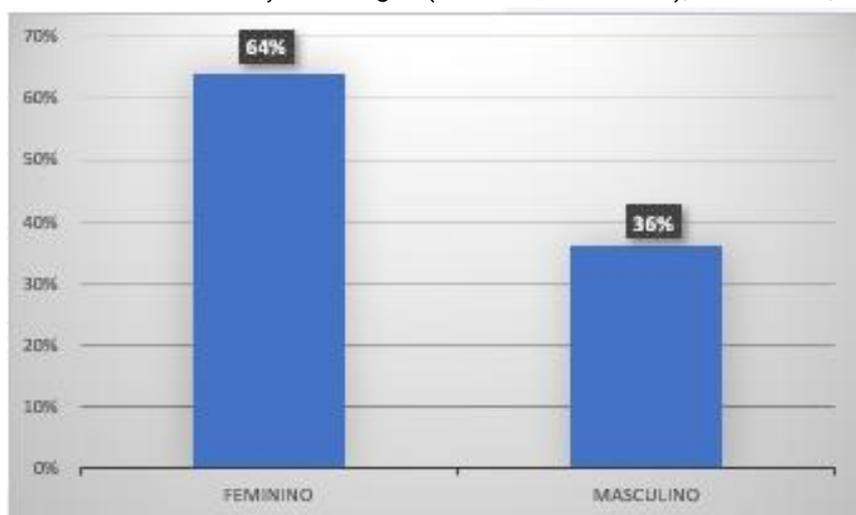
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Figura 3 – Status de taxa de conclusão das turmas, Fiocruz MS, 2023.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Figura 4 - Status da distribuição de vagas (feminino/masculino), Fiocruz MS, 2023.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

4. Discussão

Ao longo dos anos, as AF no Brasil têm evoluído, adaptando-se às transformações sociais e buscando endereçar novas demandas de inclusão. Seja no campo educacional, profissional ou político, essas políticas continuam desempenhando um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e representativa^{6,7}.

O desafio persiste em equilibrar a necessidade de correção de desigualdades históricas com a busca por estratégias que promovam a coesão social em um país diverso e multifacetado, em meio a uma sociedade que busca superar suas desigualdades profundamente enraizadas.

Ao longo de quase duas décadas de implementação de AF, surgiram diversas avaliações. Estas incluem análises quantitativas voltadas para mensurar o desempenho de estudantes beneficiários das AF, taxas de desistência e o perfil dos novos ingressantes². Além disso, há análises que buscam compreender os impactos da entrada de cotistas nas dinâmicas entre cotistas e não cotistas na universidade, a percepção de docentes e discentes, bem como estudos de casos e análises específicas sobre experiências de instituições de ensino superior e questões relacionadas à permanência².

A reduzida presença da população negra nos cursos de pós-graduação está vinculada a um histórico processo de exclusão desses grupos nas instituições de ensino superior do Brasil, abrangendo não apenas a pós-graduação, mas também a graduação. Da mesma forma, a invisibilidade de pessoas com deficiência e indígenas é uma realidade. A criação de políticas e/ou estratégias de permanência é fundamental para garantir a efetividade da política de AF^{1,7}.

As nove etapas, e especialmente a etapa de entrevistas de heteroidentificação racial e avaliação biopsicossocial, descrita neste relato de experiência, representa um dos desafios mais relevantes na adoção e implementação da política. Trata-se da necessidade de formar um grupo de profissionais da área de educação que reconheçam a importância da inclusão de AF no processo educativo e conheçam as legislações pertinentes. Essa dificuldade pode ser mitigada com apoio de um grupo de assessoramento contínuo. A Fiocruz Nacional tem uma Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas/CEDIPA e uma rede de profissionais que atuam institucionalmente para fortalecimento dessas etapas.

No Brasil, vem crescendo o número de pessoas que se auto identificam como pretos, pardos e indígenas. Wânia Sant'Anna, historiadora e conselheira do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Raciais, afirma que o Brasil está vivenciando um período de reconhecimento do pertencimento étnico-racial no âmbito da negritude e da afro descendência o que explica o aumento de pessoas que se têm reconhecido como pretas e pardas³.

Em 2022, aproximadamente 92,1 milhões de pessoas se identificaram como pardas, representando 45,3% da população do país. Esse grupo não superava a população branca desde 1991, que totalizou 88,2 milhões de pessoas (ou 43,5% da população). Além disso, 20,6 milhões se identificaram como pretas (10,2%), 1,7 milhões como indígenas (0,8%) e 850,1 mil como amarelas (0,4%)^{8,9}.

A alteração no perfil étnico-racial do país não é apenas resultado de mudanças demográficas, como nascimentos e óbitos, mas também de outros fenômenos sociais. Essas variações estão relacionadas à percepção, o que significa que cor ou raça são percepções que as pessoas têm de si mesmas, entretanto, os estudos mostram que estão ligadas a contextos socioeconômicos e às relações inter-raciais³.

Em referência a taxa de comparecimento e de não confirmados, foi amplamente pesquisado em bases de dados, mas não foram achados resultados sobre essas taxas na literatura que possamos comparar com os dados apresentados.

O número de concluintes em nosso estudo de AF foi 73%, variou de 69% a 75%, que é uma taxa similar quando comparada às taxas de conclusão em curso na modalidade presencial e elevada para cursos na modalidade a distância. As taxas de evasão acumulada entre 2003 e 2007 registraram um percentual de 13% de estudantes cotistas negros⁸.

O processo de implementação da política de AF na especialização Lato Sensu da Fiocruz MS foi um processo educativo para a equipe de educação e consolidou a política institucional adotada pela Fiocruz Nacional e no Brasil.

Em conclusão, os indicadores de resultados demonstram taxas acima da média de candidaturas para AF, 15,5%, mas com 1/3 de não comparecimento. A taxa de concluintes do curso foi elevada para cursos na modalidade a distância.

5. Conclusão

Como considerações finais, a Fiocruz MS deve avançar para um acompanhamento e monitoramento de indicadores, identificando as dificuldades dos estudantes com vistas a assegurar não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência e a conclusão do curso.

6. Referências

1. Gomes NL. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade** [Internet]. 2011 [citado 2024 jan 17];10(18):133. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>.
2. Brasil. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências [Internet]. 2012 [citado 2024 fev 11]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.html.
3. Moura B de F. Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial [Internet]. 2023 [citado 2024 jan 17]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20est%C3%A1%20tendo>.

4. Costa AL da. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. *Educação & Sociedade* [Internet]. 2022 [citado 2024 fev 16];43. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.254899>.
5. Mussi RF de F, Flores FF, Almeida CB de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional* [Internet]. 2021 [citado 2024 jan 17];17(48):60-77. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.
6. Moehlecke S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* [Internet]. 2002 [citado 2024 fev 11];117:197-217. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742002000300011>.
7. Feres Júnior J, Campos LA, Daflon VT, Venturini AC. Ações afirmativas na pós-graduação. In: Ação afirmativa: conceito, história e debates [Internet]. Rio de Janeiro: Eduerj; 2018. p. 133-64. (Sociedade e Política Collection). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0009>. ISBN: 978-65-990364-7-7.
8. Pinheiro DC, Pereira RD, Xavier WS. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. *Rev Bras Educ* [Internet]. 2021 [citado 2024 jan 15];26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260020>.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda [Internet]. 2022 [citado 2024 jun 22]. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092%2C0%2C4%25\)%%2C%20a%20marelas.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092%2C0%2C4%25)%%2C%20a%20marelas.)